



NOVO GOVERNO

Crise de credibilidade antes mesmo da posse

Gastança prevista na PEC e falas de Lula contra o mercado causam tempestade perfeita e abalam até aliados do presidente eleito. Arminio Fraga, que apoiou campanha do petista, diz ao **Correio** haver preocupação com a piora do quadro fiscal

» ROSANA HESSEL

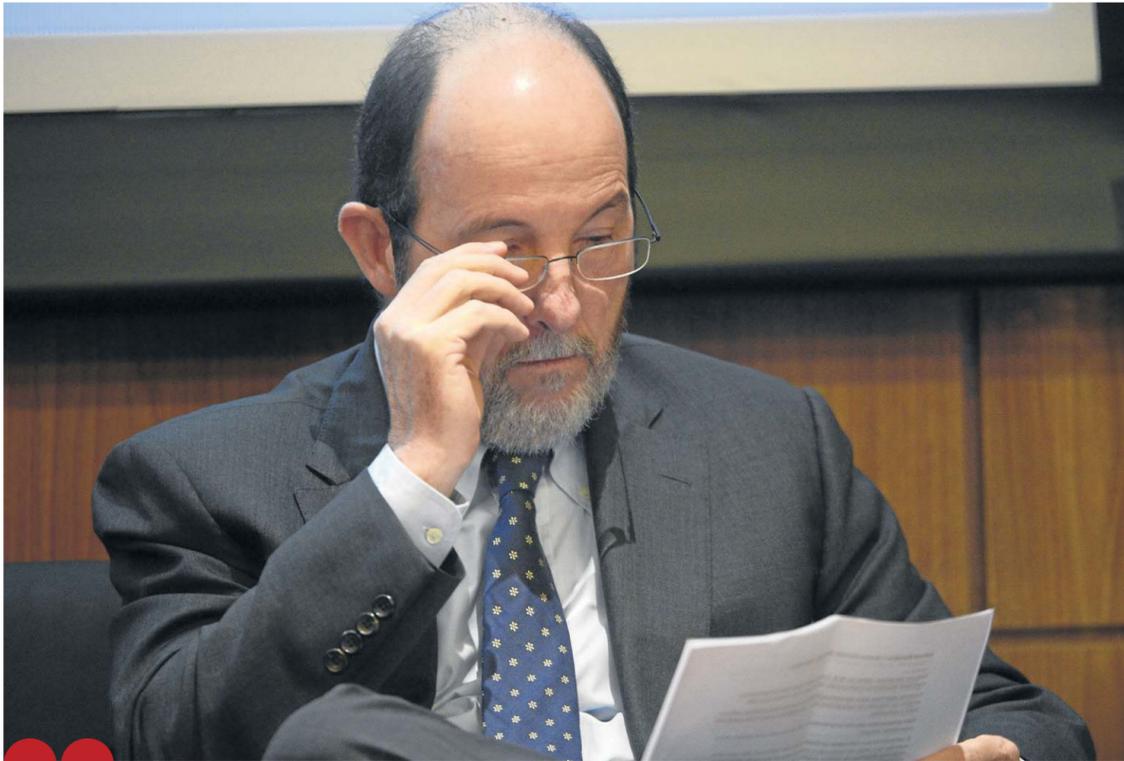
Antes mesmo de tomar posse, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já enfrenta a primeira crise de credibilidade junto ao mercado financeiro e aos integrantes da frente ampla, que ajudaram o petista a vencer o presidente Jair Bolsonaro (PL) nas urnas em 30 de outubro. Após a entrega da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição ao Congresso, na noite de quarta-feira, a reação negativa do mercado foi imediata, porque o texto ficou pior do que o esperado.

A PEC da Transição prevê R\$ 198 bilhões de despesas fora do teto de gastos no Orçamento de 2023, sem contrapartidas de cortes de despesas. Na proposta, o governo exclui da regra do teto os R\$ 175 bilhões previstos para o Bolsa Família de R\$ 600 mais os R\$ 150 adicionais para cada criança com até 6 anos e ainda inclui outros R\$ 23 bilhões para investimentos, que não estão muito bem especificados. Vale lembrar que R\$ 105 bilhões do auxílio já estavam previstos na proposta orçamentária.

Analistas lembram que essa artimanha contábil é parecida com a que vinha sendo feita pelo atual governo, que mudou a Constituição várias vezes para gastar cada vez mais, a fim de agradar aliados, sem justificativas ou compromissos de corte de gastos. Um dos exemplos foi a PEC dos Precatórios, que jogou para debaixo do tapete dezenas de bilhões de uma dívida judicial que pode ficar impagável no futuro — uma pedalada fiscal sem precedentes — e antecipou a mudança do cálculo do limite do teto, a fim de criar um espaço de pouco mais de R\$ 100 bilhões no teto do Orçamento de 2022.

Outra medida foi a PEC Kamikaze, que criou um estado de emergência inexistente para abrir espaço fiscal à gastança de mais R\$ 41,2 bilhões em benesses em pleno ano eleitoral, além da ampliação do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600. Conforme levantamento feito pelo economista Bráulio Borges, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), para a BBC News, os gastos do governo atual acima do teto somam R\$ 794,9 bilhões.

Ed Alves/CB/D.A Press



Havia a esperança, pelo menos minha, de que o presidente Lula voltaria ao modelo de política econômica do primeiro mandato. E, até o momento, não pareceu o caso, e esse é o pano de fundo"

Arminio Fraga, economista

Cobrir rombos
Os títulos precisam ser emitidos para financiar o governo e cobrir os rombos das contas públicas, que estão sendo registrados desde 2014.

Tanto Lula quanto Bolsonaro prometeram o auxílio de R\$ 600 para as famílias mais pobres, e o mercado estava esperando uma licença para gastar mais em 2023, o chamado waiver. Mas o tamanho do grupo que cobrará auxílio financeiro de países ricos. Na quarta-feira, no entanto, ele anunciou o interesse do Brasil na fundação da Cúpula dos Países Membros do Tratado de Cooperação Amazônica.

O futuro chefe de Estado também se disse interessado em ouvir as demandas das populações indígenas do restante do mundo e dos povos mais pobres. "Temos de mudar a forma de quem governa. O povo pobre e os indígenas são tratados como se fossem números. Essa visão, teremos de

refletiu a desconfiança no governo, marcando o fim da curta lua de mel com o petista.

E, para piorar, o presidente eleito escorregou em suas declarações na COP27, ao menosprezar a reação do mercado. "Se cair a Bolsa e aumentar o dólar, paciência. Isso não acontece por conta de pessoas sérias, mas por conta de especuladores", disparou Lula. O comentário

reverberou no mercado: o dólar disparou para mais de R\$ 5,50 e a Bolsa teve queda, de mais de 2%, na manhã de ontem (**leia reportagem na página 8**).

Na sequência, economistas renomados e ex-integrantes de governos tucanos publicaram uma carta aberta ao presidente eleito, que ignorou o fato de que bancos e gestoras estão entre os principais detentores dos **títulos da dívida pública**.

Na carta, assinada pelo ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Edmar Bacha, e o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, os economistas defenderam a responsabilidade fiscal, mas admitiram a necessidade do combate à pobreza. Apontaram que o desafio maior "é tomar providências que não criem problemas maiores do que os que precisamos ser resolvidos".

Em entrevista ao **Correio**, Fraga disse que o motivo da carta é a preocupação com o agravamento do quadro fiscal e a sensação de que o caminho do novo governo está tomando

não é em direção ao centro. "Os indícios que se tem, até agora, são preocupantes. O quadro inspira cuidado, e nossa intenção foi construir uma carta construtiva", afirmou. "Havia a esperança, pelo menos minha, de que o presidente Lula voltaria ao modelo de política econômica do primeiro mandato. E, até o momento, não pareceu o caso, e esse é o pano de fundo."

A frustração no mercado e de apoiadores com o novo governo é crescente porque, na equipe de transição, apesar de nomes respeitadas, como André Lara Resende e Pêrsio Arida, conhecidos como os pais do Plano Real, ainda há muitos petistas cotados para comandar o Ministério da Fazenda que indicam retrocessos na área econômica. Um deles é o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, que, ontem, renunciou ao cargo de voluntário da equipe de transição. Após a renúncia, a queda da Bolsa diminuiu e a alta do dólar deu uma atenuada.

O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB), coordenador da equipe de transição, precisou colocar água na fervura ao assegurar que o governo fará

cortes, começando com a revisão de todos os contratos. "Lula tem compromisso com a austeridade fiscal", garantiu Alckmin, em entrevista à GloboNews.

As críticas, porém, não diminuem. A economista e advogada Elena Landau, cotada para ser ministra do novo governo, não viu com bons olhos os nomes de integrantes da equipe, principalmente na área de energia. Ela apelidou a PEC da Transição de "PEC do Precipício", nome já incorporado por analistas de mercado.

Aliados fora

As declarações de Lula na COP27 provocaram mais nervosismo nos agentes financeiros porque está deixando aliados de fora das primeiras decisões da equipe de transição e, possivelmente, do governo, de acordo com Julio Hegedus, economista-chefe da Mirae Asset. "O mercado só quer previsibilidade. Mas o presidente eleito está criando muito ruído, em vez de tentar tranquilizar os agentes financeiros, que têm um trauma dos ruídos que Bolsonaro gerava todo dia", comparou.

O especialista em contas públicas Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da Ryo Asset, disse que "a PEC é muito ruim, e o erro do Bolsonaro não justifica erros do novo governo". Segundo ele, com apenas três medidas — reforma administrativa, fusão das políticas sociais e redesenho do abono salarial — seria possível reduzir as despesas em R\$ 700 bilhões nos próximos 10 anos, abrindo espaço de sobra no Orçamento para as promessas de campanha, sem prejudicar as contas públicas.

Juliana Damasceno, especialista em contas públicas da Tendências Consultoria, lembrou, ainda, que, tanto Lula quanto Bolsonaro não teriam como fugir do aumento de gastos com o auxílio de R\$ 600 em 2023, mas o maior problema da PEC é a falta de contrapartida para os quase R\$ 200 bilhões extrateto. Ela destacou que a proposta também não endereça a questão do financiamento do programa e, como não há contrapartida para a expansão dos gastos, a despesa ficará desancorada, aumentando a dívida pública. "Além disso, a PEC abre um espaço maior do que o necessário para bancar o auxílio de R\$ 600."

Aliança com países da floresta amazônica

» FRANCISCO ARTUR

Na COP27, realizada no Egito, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que vai programar para o próximo ano uma reunião com os povos indígenas de países que têm trechos da floresta Amazônica.

O objetivo, segundo Lula, é discutir com as comunidades nativas propostas de auxílio financeiro para ações de combate ao desmatamento e apresentá-las às nações ricas.

"Queremos saber quanto vão nos pagar para a gente cuidar da terra que muita gente não cuidou quando poderia. E isso será a obrigação de todos do planeta Terra. Não estamos pedindo favor a ninguém", afirmou o futuro chefe do Executivo, em reunião

com povos indígenas do mundo.

Além do Brasil, abrigam a floresta amazônica Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. No evento, Lula não deu detalhes da criação e do nome do grupo que cobrará auxílio financeiro de países ricos. Na quarta-feira, no entanto, ele anunciou o interesse do Brasil na fundação da Cúpula dos Países Membros do Tratado de Cooperação Amazônica.

O futuro chefe de Estado também se disse interessado em ouvir as demandas das populações indígenas do restante do mundo e dos povos mais pobres. "Temos de mudar a forma de quem governa. O povo pobre e os indígenas são tratados como se fossem números. Essa visão, teremos de

mudar, temos que ter obrigação moral, ética de reparação aos indígenas. Essas pessoas não podem ser tratadas como gente de segunda classe", frisou.

Após o encontro com lideranças indígenas, Lula participou de reunião com o ministro do Clima e Meio Ambiente da Noruega, Espen Barth Eide, com o objetivo de discutir a reativação do auxílio de R\$ 2,95 bilhões para o Fundo da Amazônia no início do próximo ano. O recurso é destinado ao combate ao desmatamento.

A Noruega bloqueia a verba desde 2019, por discordar da política ambiental do governo Bolsonaro. Logo após o anúncio da vitória de Lula, porém, a nação europeia anunciou o interesse em retomar os repasses.

AFF



Lula chegou para a reunião, no Egito, cercado por indígenas

» ONGs e indígenas apelam a Lula

Salvar as florestas da Sibéria; falar com o presidente americano, Joe Biden; organizar as finanças climáticas mundiais... O presidente eleito Lula tornou-se, ontem, um ator das esperanças e demandas de indígenas e de ativistas no Egito. "Você é o superastro da COP27", disse a Lula Terry Teegee, líder indígena canadense. Ela pediu ao brasileiro para convencer os governos do mundo, entre eles o de Biden, a "adotarem um papel de liderança frente à mudança climática". Um representante udege, povo do extremo oriente russo, pediu a Lula que se interessasse pela proteção das florestas siberianas.